



# Análise de Conjuntura

Boletim periódico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Os textos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. O boletim destina-se a promover discussões sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.

NESTA EDIÇÃO: 1) Emprego na crise  
2) Crise financeira e turbulência política

## Emprego na crise: mais qualificação, menos salário.

*Entre outubro de 2008 e maio de 2009, o CAGED registrou destruição líquida de mais de 450 mil postos de trabalho formais. Contudo, para trabalhadores com maior grau de instrução, o saldo entre admissões e desligamentos é positivo no período.*

*Apesar da maior demanda relativa por empregados mais escolarizados, seus salários foram os mais penalizados pela crise. Para os trabalhadores com pelo menos nível médio completo, a remuneração média dos contratados foi 14,5% inferior à dos demitidos desde outubro de 2008. Para os demais, a perda média foi de 9%, pouco acima da média apurada no mesmo período em 2007/2008, de 7%, para o conjunto dos trabalhadores.*

*Logo, a crise tem permitido às empresas substituir parcela de seus empregados por mão de obra mais qualificada e, ainda, reduzir, na média, seus custos de pessoal.*

Segundo o CAGED<sup>1</sup>, entre outubro de 2008 e maio de 2009, foram destruídos 454.355 empregos formais. Para trabalhadores com, no máximo, nível médio incompleto, a queda foi de 685.481 postos. Para aqueles com pelo menos nível médio completo, foram criadas 231.126 vagas no período. Portanto, na crise, houve substituição parcial dos trabalhadores demitidos por outros com maior grau de instrução.

### **Expediente**

Boletim de Análise de Conjuntura (BAC). Ano 1, nº 21. Quinta-feira, 23 de julho de 2009.

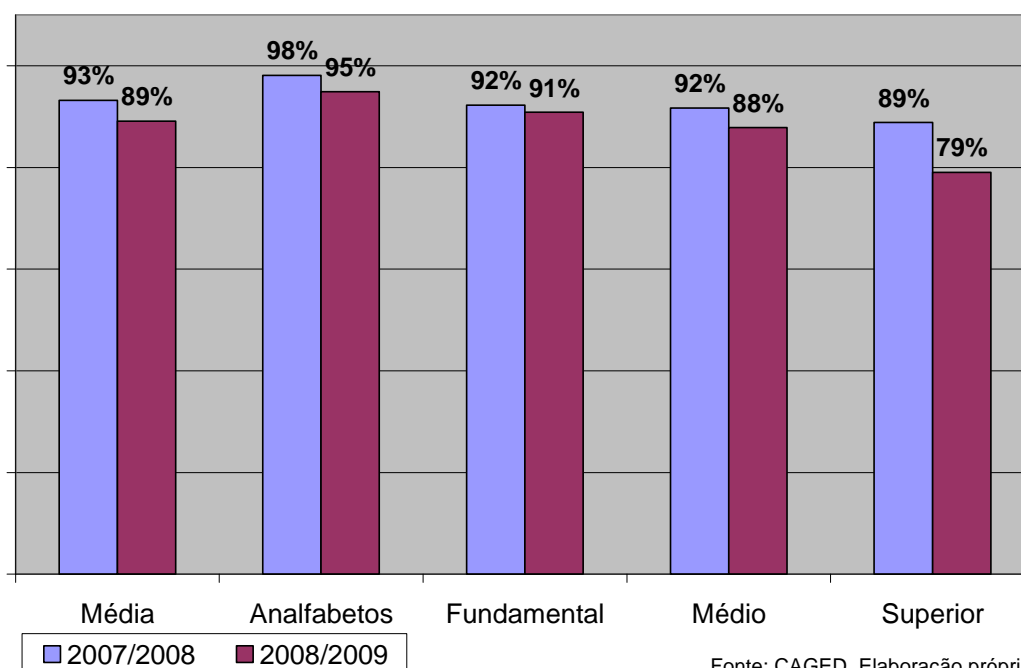
Colaboraram neste número: Marcelo Barroso Lacombe (coordenador) e Aurélio Guimarães Cruvinel e Palos.

*O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Destina-se a promover o debate sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.*

Os números da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE – que abrange seis regiões metropolitanas e os mercados formal e informal – apoiam essa conclusão. A redução do pessoal ocupado desde outubro de 2008 foi de 5,7% para trabalhadores com menos de 11 anos de estudo. Para aqueles com 11 anos ou mais, a redução foi de 0,4%.

Contudo, na crise elevou-se a historicamente alta rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, cuja taxa média mensal para empregados formais vem-se aproximando de 4%. Em tese, isso significaria que a cada ano quase metade dos trabalhadores com carteira assinada trocam de emprego. Na prática, a proporção é menor, na medida em que muitos trocam de emprego mais de uma vez e há vagas ocupadas por desempregados ou em primeiro emprego. Mesmo assim, é fato que a rotatividade se elevou e isso, em geral, implica salários mais baixos, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

### Razão entre média salarial de admitidos e desligados outubro a maio - por grau de instrução



Na média, o salário de admissão foi 11% menor que o dos trabalhadores desligados entre outubro de 2008 e maio de 2009. No mesmo período de 2007/2008, a perda média foi de 7%. A perda foi maior para trabalhadores com

<sup>1</sup> Até o fechamento desta edição, o Ministério do Trabalho e Emprego não havia divulgado números detalhados do CAGED para junho/2009, o que impossibilitou a inclusão deste mês na análise.

mais escolaridade. Para os com nível superior completo, a razão entre as médias salariais de contratados e de demitidos desde o início da crise revela redução de 21% da remuneração média, quase o dobro do corte no mesmo período de 2007/2008.

Portanto, a crise intensificou – e muito – as distorções do mercado de trabalho brasileiro. Não é novidade que empresas demitem e contratam em larga escala para reduzir seus custos de pessoal, apesar dos encargos rescisórios. Aparentemente, o empregador prefere assumir esse gravame no curto prazo a acumular um passivo trabalhista elevado demais, que possa inviabilizar seu negócio caso necessite reduzir despesas.

O que convida à reflexão é o fato de as empresas conseguirem, na crise, substituir parcialmente mão de obra com menos instrução por empregados mais qualificados e, ao mesmo tempo, reduzir significativamente a folha de pagamentos. Isso coloca em xeque, pelo menos em termos relativos, uma tese defendida por muitos: a de que, no Brasil, demitir é caro.

É preciso levar em conta o benefício das empresas por manterem elevada a rotatividade de seus quadros. Em uma análise dinâmica, esse ganho acumula-se como juros sobre juros e a ele parece associar-se uma tendência de achatamento do preço do trabalho no longo prazo. Nesse sentido, se o governo planeja aumentar a participação dos salários no PIB, estimulando a desconcentração da renda, faz-se necessário reformular as instituições para que se estabeleçam incentivos capazes de reduzir a taxa de rotatividade no mercado de trabalho.

## A crise financeira e a turbulência política global

*Problemas econômicos gerados pela crise financeira podem acarretar consequências políticas como convulsões sociais urbanas ou contestações de regimes, eventos já observados mas até agora pouco analisados.*

*A crise global pode ser um fator de grande turbulência, afetando não somente a relação entre países, mas a própria sustentabilidade de regimes políticos.*

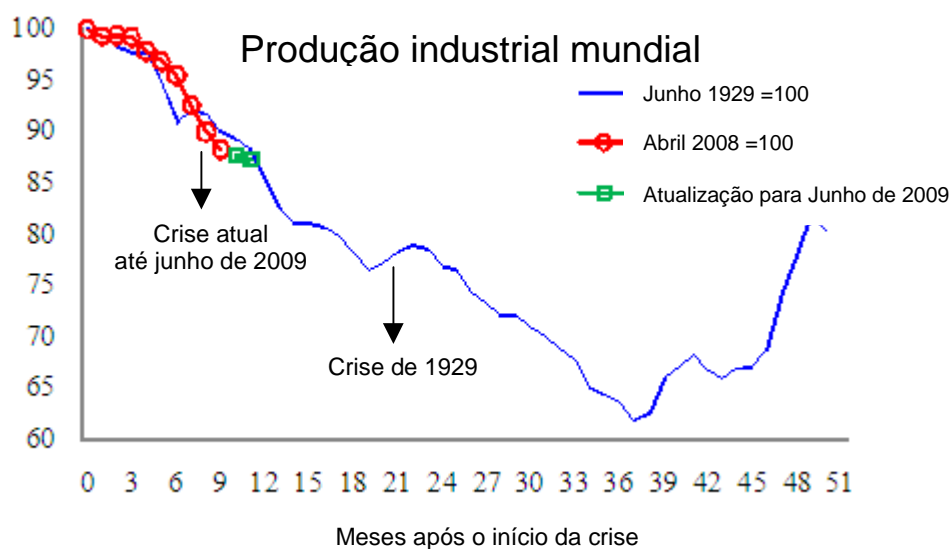
*O fantasma de 1929 é uma boa advertência.*

O encontro do G8 em L'Aquila, de 8 a 10 de julho – o mais recente evento de coordenação de políticas em nível internacional entre as grandes potências – terminou de forma prosaica, com um acordo reduzido sobre o que fazer com respeito aos problemas globais.

Em primeiro lugar, os países membros do clube concordaram em torno da necessidade de redução de emissões de CO<sub>2</sub>, com vistas a minorar o aumento das temperaturas do planeta. Em segundo lugar, concordaram em investir vinte bilhões de dólares para a produção de alimentos e evitar o que muitos observadores prevêem como uma crise mundial da fome.

Ambos os temas guardam conexão com a crise financeira global. Se a recessão propiciada pela crise continuar por algum tempo, o declínio da atividade econômica poderá reduzir o consumo de energia, facilitando metas de controle de emissão de gases atmosféricos. Por outro lado, a diminuição da produção poderá significar menos emprego, mais pobreza e menos alimentos disponíveis para a população, o que poderá redundar em sérios conflitos sociais e políticos.

Uma comparação com a crise de 1929 pode ser ilustrativa neste aspecto. De fato, segundo Barry Eichengreen, historiador econômico de Berkeley, se compararmos a queda de produção da presente crise com a ocorrida em 1929, podemos observar que ambas apresentam comportamento bastante parecido. O quadro abaixo demonstra a similaridade da evolução da produção nos dois momentos comparados.



Fonte: Eichengreen e O'Rourke, 2009.

Estima-se que, após a crise de 1929, a produção agrícola foi reduzida em 60%. Os setores mais afetados foram os ligados aos produtos primários, e todos os países atingidos sofreram algum tipo de turbulência política. Austrália, França e Holanda chegaram a experimentar convulsões sociais urbanas.

A política de proteção tarifária de alimentos nos Estados Unidos, em 1930, teve o efeito perverso de ocasionar retaliações internacionais e o fechamento de mercados aos produtores norte-americanos, não permitindo assim o escoamento da produção. A falência econômica agrícola que se seguiu resultou em forte migração rural, criando o fenômeno que ficou conhecido nos EUA como as cidades de Hoover (denominação pejorativa que responsabilizava o presidente Herbert Hoover pelo fenômeno), em realidade favelas rurais que congregavam trabalhadores rurais desempregados e pequenos produtores falidos. A Inglaterra foi vítima das chamadas marchas dos famintos, culminando na Marcha Nacional da Fome de 1932. Para países ricos em produtos primários como os latino americanos, a depressão de 1929, refletida na queda acentuada dos preços destes produtos, representou também graves crises de balanço de pagamentos, engendrando incentivos para estratégias autárquicas de gestão da crise, com ênfase na substituição de importações.

De acordo com dados e alertas da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, a crise atual também pode levar a crises de alimentos similares às ocorridas a partir de 1929, podendo atingir países como Etiópia, Zimbábue, Somália, Sudão, Afeganistão e Coreia do Norte. Mesmo economias exportadoras de alimentos, como a Argentina, estão sofrendo sérios problemas de balança comercial devido à queda abrupta dos preços agrícolas observada no último ano. Além disso, a leve recuperação dos preços agrícolas que observamos neste momento em nível mundial pode não ser de todo benéfico se a recessão e o desemprego persistirem, tornando a alimentação mais cara para famílias que tiveram suas rendas reduzidas.

A China já está enfrentando o problema simultâneo de desemprego urbano e inflação de preços de alimentos. Segundo estimativas não oficiais, os preços da cesta básica naquele país já aumentaram 17% este ano. Convulsões urbanas são temidas pelo governo chinês. A África do Sul já sofreu turbulência urbana, devido ao descontentamento causado pelo colapso de serviços básicos de transportes e outros.

A crise de 1929 também foi danosa em termos institucionais e políticos, afetando tanto democracias recentes como outras mais antigas. De 99 novas constituições estabelecidas no período de 1918 a 1945, 65 eram ditatoriais. Dos 21 novos regimes democráticos instalados no mesmo período, 18 seriam derrubados. O período dos anos 30 seria fértil na derrubada destes novos regimes democráticos: Áustria, Alemanha, Espanha, Grécia, Portugal, Estônia, Lituânia são apenas alguns dos exemplos. Na América Latina, os golpes na

Argentina e Bolívia iriam inaugurar a intervenção dos militares, como corporação, na vida políticas destes dois países.

Hoje estamos longe do fim da história apontado por alguns com a vitória incontestada da democracia representativa. Ela sofre competição de regimes religiosos, monárquicos ou republicanos; de regimes autoritários eletivos ou não; ou ainda de regimes plebiscitários que se querem como uma alternativa ao que eles declaram como os limites da democracia contemporânea. A crise de 2008-09, especialmente se vier a tornar-se em fenômeno de longa duração, poderá ser um fator adicional de pressão na competição entre estes regimes.